

167938

F SÉRIE S
FUNDAMENTOS

83

RODOLFO ILARI

Do Departamento de Linguística da Unicamp

word

Linguística Românica

com um ensaio de Ataliba T. de Castilho
sobre "O Português do Brasil"

3ª edição
2ª impressão



Indispensável para compreender as características de nosso idioma, a Linguística Românica estuda a formação das línguas originadas no latim, entre o fim do Império Romano e os primeiros séculos do segundo milênio. Assim, esta obra tem por objetivo iniciar os alunos de Letras à bibliografia especializada da disciplina, situando seus principais temas num quadro de conjunto.

Numa primeira parte, lembram-se as descobertas metodológicas que fizeram da Linguística Românica uma disciplina independente, em particular o método comparativo e a tese de que o latim de que se originam as línguas românicas é o chamado latim vulgar. Mostram-se, além disso, as mudanças de enfoque que resultaram da assimilação pelos romanistas das teses da Geografia Linguística, do Idealismo e do Estruturalismo.

Uma segunda parte trata da natureza e da reconstituição do latim vulgar que, por ter sido uma língua sobretudo falada, conta com uma documentação textual precária. Utilizando como critério a semelhança das línguas românicas, o livro apresenta essa variedade do latim de forma sistemática, isto é, esboça uma "gramática do latim vulgar".

România, romano e romance

3.1 A expansão territorial do Estado romano

O Estado romano teve origem no século VIII ou IX a.C. (a tradição fixa em 753 a.C. a fundação de Roma, sua capital), e engrandeceu-se progressivamente até constituir em sua fase de maior esplendor, no primeiro século de nossa era, um dos mais vastos impérios de todos os tempos.

Obra de séculos, a constituição do Império Romano foi um processo político de grande complexidade, cuja descrição detalhada cabe, obviamente, à História das Civilizações.

Limitando a exposição ao essencial, lembremos que a história romana se divide em três fases, correspondentes às três formas de governo: da *Realeza* (das origens a 509 a.C.), da *República* (de 509 a.C. a 27 a.C.) e do *Império* (de 27 a.C. a 476 d.C.); embora não tenham muito a ver com a história do latim e das línguas românicas, essas três datas são, também para os romanistas, pontos de referência obrigatórios.

Um aspecto notável da história do Estado romano é a democratização progressiva do poder: ao lado das instituições políticas baseadas nos *patricios*, a classe fechada e conservadora que governou a Urbe nos primeiros tempos, surgiram e ganharam espaço cada vez maior instituições representativas das classes adventícia

ou *plebéia* (esta se fortaleceu progressivamente à custa da primeira). A adoção da forma de governo do império não representa, como se poderia pensar, um retorno à oligarquia, senão o resultado natural da anarquia militar e da demagogia política que marcaram o final do período republicano.

Outro aspecto notável da história do Estado romano foi sua capacidade de absorver outros povos e sua espantosa expansão territorial, ocorrida entre os séculos V a.C. e II d.C.

Lembremos, em síntese, os principais momentos dessa expansão:

a) Conquista da Itália peninsular

Depois de ter consolidado seu poderio no Lácio através de lutas ou alianças que levaram à assimilação de vários povos vizinhos (sabínos, volscos, equos, etruscos etc.), Roma completou em pouco mais de meio século a conquista da Itália peninsular, dominando as populações itálicas lideradas pelos samnitas (349-290 a.C.) e as populações gregas da Magna Grécia, confederadas sob a liderança de Taranto e apoiadas militarmente por Pirro, rei do Epiro (282-272 a.C.).

b) Conquista da Europa mediterrânea

Pelas próprias condições geográficas da península, a conquista da Itália projetou Roma na política mediterrânea, causando sua rivalidade com Cartago, a importante colônia fenícia que, desde época antiquíssima, explorava o comércio marítimo, tendo estabelecido empórios desde o atual Líbano até Portugal.

O conflito pela hegemonia comercial no Mediterrâneo foi a causa de três guerras sangrentas que se estenderam por mais de um século e ficaram conhecidas como Guerras Púnicas, a partir do nome com que os romanos indicavam os cartagineses (*púnicos*, do gr. *phoinicoi*, isto é, "fenícios").

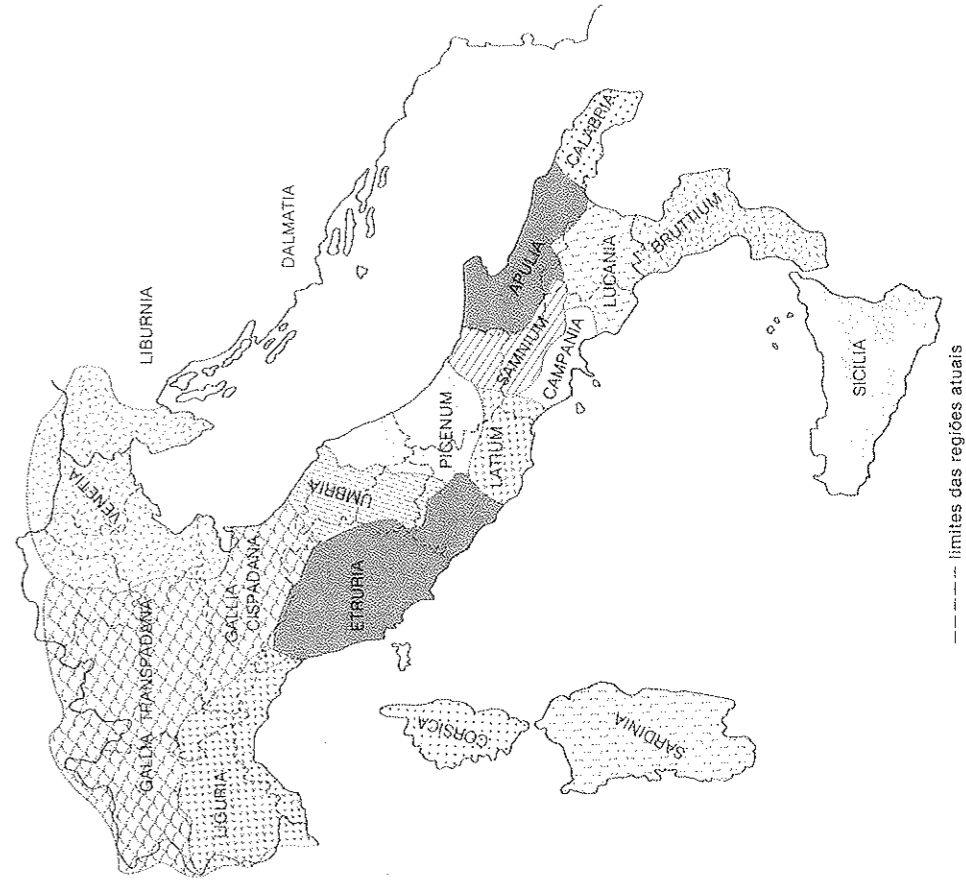
A primeira guerra púnica eclodiu em 264 a.C. e prolongou-se até 241. Vencedores depois de duros reveses, os romanos tomaram de seus adversários as ilhas da Sicília (241 a.C.), da Sardenha e da Córsega (238 a.C.).

Afastada por algum tempo a ameaça cartaginesa, Roma firmou seu poder na Itália do Norte: até 230 foi dominada a Ligúria; em 229-228 foi a vez da Ilíria (costas da Jugoslávia) e da Gália Cisalpina (correspondente à bacia hidrográfica do Pó).

Contudo, em 216 Cartago já se havia refeito dos reveses anteriores, e partia para o revide comandada pelo grande Aníbal. A

segunda guerra púnica (219-201) quase se resolveu a favor dos cartagineses, mas a vitória final foi mais uma vez romana; Roma estabeleceu nessa ocasião as suas primeiras colônias não italianas, ambas na Ibéria: a Bética (atual Andaluzia) e a Tarraconense (atuais províncias de Castela, Múrcia e Valência) (197-183). Em 190 foi tomado aos sírios um pequeno território da Anatólia que os romanos chamaram pomposamente de "Ásia"; entre 197 e 146 foram submetidas a Macedônia e a Grécia.

Mapa 5: As regiões da Itália Antiga



Ao mesmo tempo, Roma provocou uma terceira guerra púnica, que lhe permitiu livrar-se definitivamente de sua rival: Cartago foi arrasada em 146 a.C. depois de heróica resistência, e a região da Tunísia se tornou província romana com o nome de África.

Poucos anos depois foram desbaratados os lusitanos (resistência de Viriato, 139), e a Gália Narbonense (atual Provença) formou uma nova província (118).

Trenta anos depois da destruição de Cartago, Roma dominava assim toda a Europa mediterrânea, além de alguns pequenos territórios da África do Norte e da Ásia Menor. Tais territórios haviam sido conquistados às vezes por meios políticos (alianças); mas em geral as conquistas resultaram de ações militares de vulto, aliás conduzidas simultaneamente em várias frentes. É fácil entender que o exército romano tenha contado, a partir do século III a.C., com um número cada vez maior de soldados originários da Itália peninsular, e de outras regiões onde a "pax romana" já estivesse consolidada.

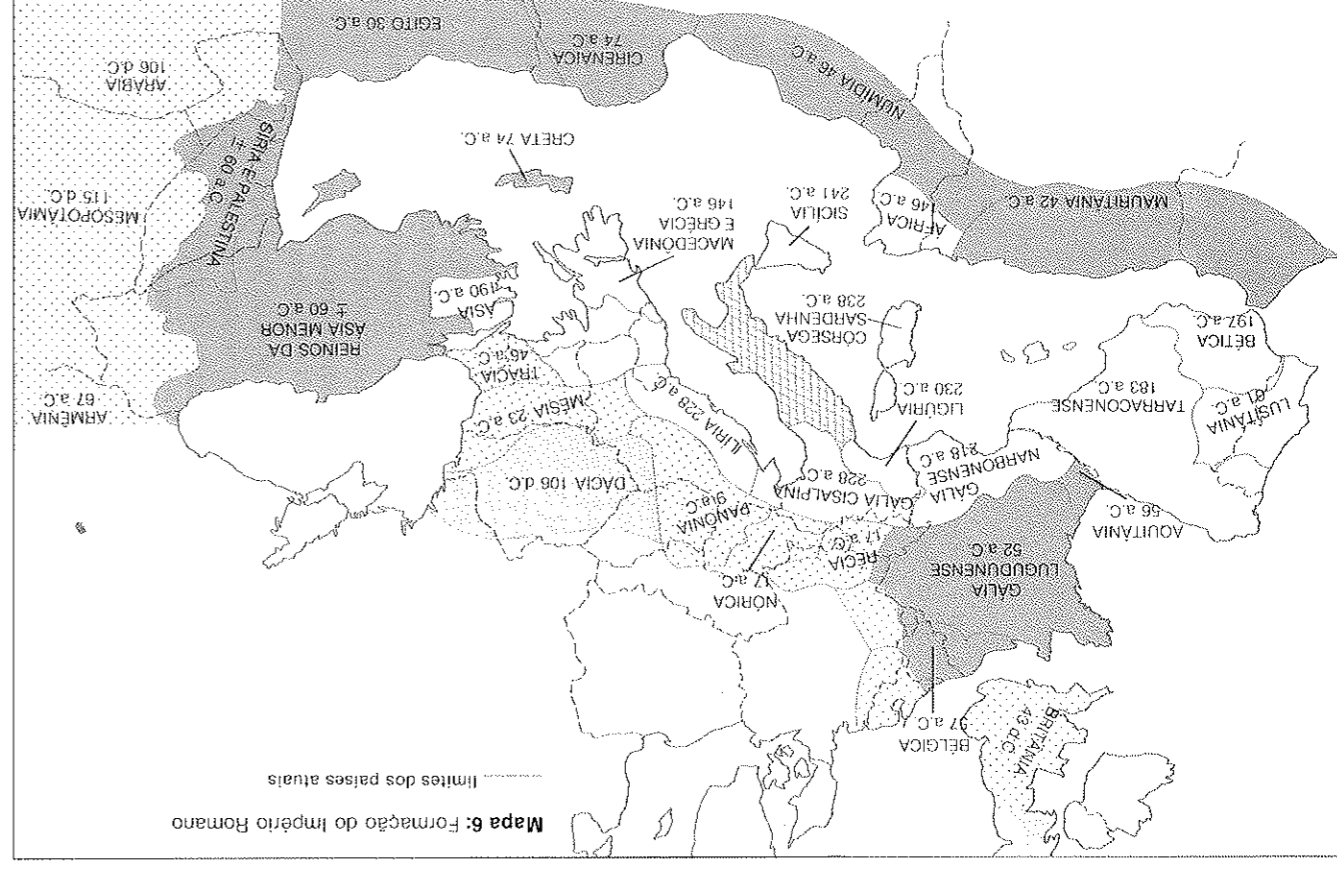
c) Gália e Europa Central, Ásia Menor e África

Esses dois traços — o aproveitamento de *socii* no exército e a ação militar simultânea em regiões afastadas — marcaram ainda mais fortemente a expansão territorial romana nos dois séculos seguintes, quando Roma guerreou em três frentes principais: a Gália e a Europa Central, a Ásia Menor e a África. Até 60 a.C., aproveitando-se das rivalidades entre os reinos da Ásia Menor, Roma submeteu Chipre, a Bitínia, a Galácia, a Capadócia e a Síria (incluindo a Palestina); praticamente contemporâneas são, na África, as conquistas da Cirenaica e de Creta (74 a.C.), da Numídia (46 a.C.), da Mauritânia (42 a.C.) e do Egito (30 a.C.).

Na Europa continental, a conquista mais importante deste período é a Gália, submetida por Júlio César entre 58 e 51 a.C. Na época de Augusto foram tomadas na região do Danúbio a Récia (17 a.C.), a Nórica (17 a.C.), a Panônia (9 a.C.) e a Mésia (23 a.C.); a conquista da Britânia data de 43 d.C. Com a conquista da Trácia (46 a.C.), o Império Romano teve por limites naturais o Reno e o Danúbio; o Mar Mediterrâneo, transformado numa espécie de lago interior, fazia jus havia muito tempo ao nome de "Mare Nostrum Internum".

d) Conquistas tardias

Conquistas tardias do período imperial foram a Caledônia, isto é, a atual Escócia (85 d.C.), a Dácia, atual Romênia (106 d.C.) e a Arábia Pétria.



Mapa 6: Formação do Império Romano

3.2 Decadência do Império e perdas territoriais

Desde Trajano, isto é, a partir do século II d.C., o Império Romano entra em decadência.

À sólida unidade política anterior, baseada na superioridade de Roma sobre as províncias, sucedeu uma descentralização progressiva, provocada pela própria extensão do Império e agravada por uma política incoerente.

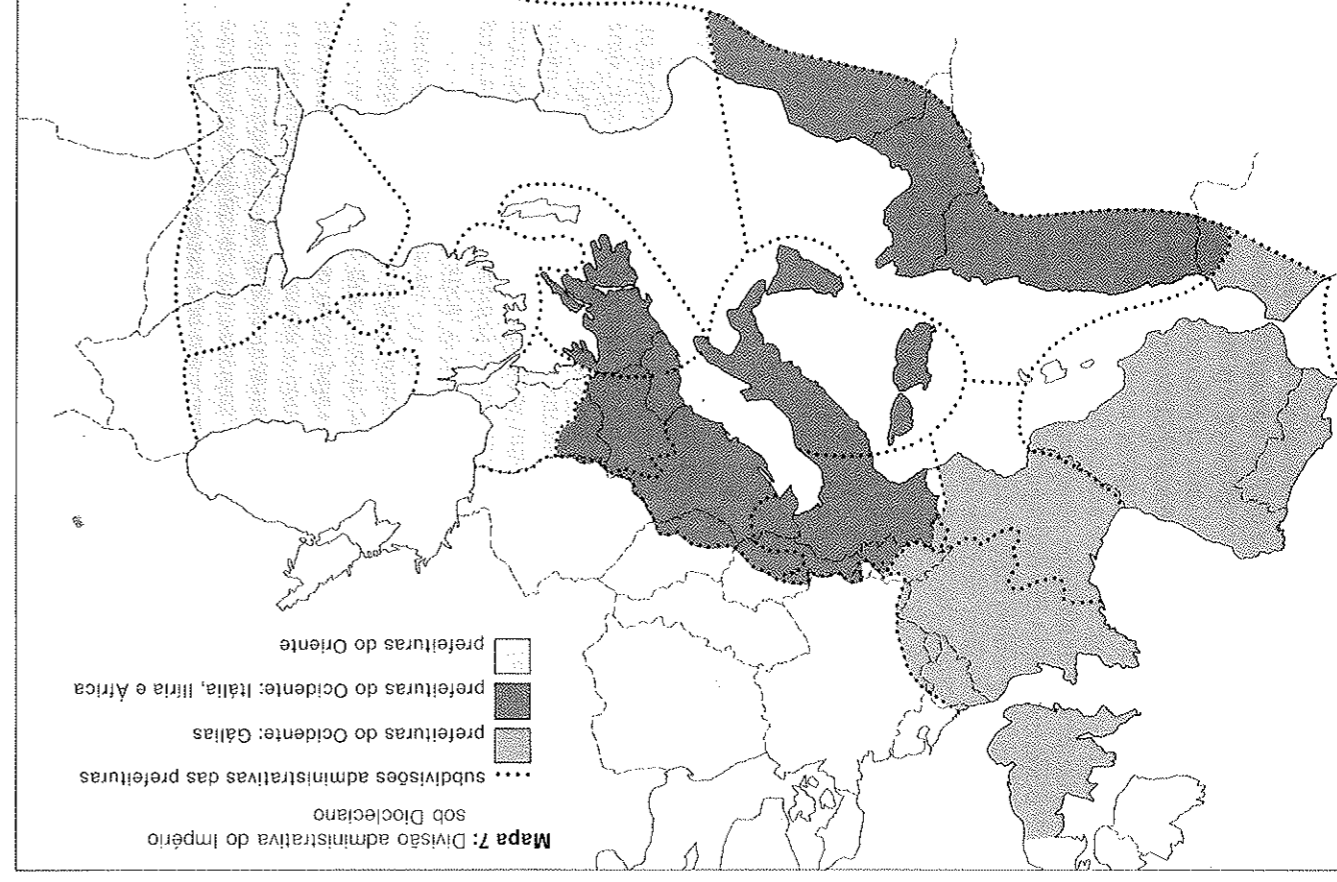
Desde cedo, os habitantes das regiões mais afastadas predominaram no exército e na administração; os próprios imperadores foram frequentemente provinciais, aliás comandantes militares de exércitos de fronteira elevados ao poder pela força exclusiva das armas.

Latente na “Constituição Antoniniana” do imperador Caracala (212), que concedia paridade de direitos a todos os súditos do Império, nas disposições de Galieno (imperador de 260 a 268), que conferia ampla autonomia militar às regiões mais afastadas, e finalmente na “tetraquia” de Diocleciano (286), que repartia o Império em quatro regiões administrativas, a divisão consumou-se em 395, quando foi desmembrado em Império Romano do Oriente, com a capital Constantinopla, e Império Romano do Ocidente, com a capital Roma.

O poder central opôs uma resistência cada vez mais fraca aos bárbaros (do gr. *bárbaroi*, “estrangeiros”, isto é, não romanos), populações não romanizadas que demandavam o território romano, pressionadas por migrações de povos de origem asiática. Nos territórios romanos que margeavam o Danúbio e o Reno, os bárbaros tornaram-se cada vez mais numerosos, sob a forma de infiltrações (frequentemente, os romanos assentaram populações bárbaras em seus territórios, com a finalidade de pacificá-las, e de usá-las como escudo contra outros invasores), incursões e finalmente de verdadeiras invasões e conquistas.

Por volta de 270, o norte da Gália foi invadido pelos francos e a Récia pelos alamanos. Sob o imperador Aureliano, os godos entraram pela Península Balcânica adentro, causando o abandono das terras além do Danúbio (Dácia, Agri Decumates); um século mais tarde, a Panônia foi ocupada pelos ostrogodos, a Nórica pelos éruutos e a Britânia pelos ânglios e pelos saxões.

No século V, a presença de populações bárbaras no Império era ainda mais maciça. Durante uma incursão dos visigodos pela Itália, foi deposto o imperador Rômulo Augústulo (476), fato que os historiadores utilizam como marco cronológico do fim do Império Romano.



3.3 A difusão do latim e a romanização

Com os povos submetidos, os romanos adotaram geralmente uma política bastante aberta para a época. Impunham o *direito romano* e exploravam economicamente a região, mas respeitavam as tradições religiosas dos vencidos, e permitiam que estes continuassem a utilizar a sua língua materna, ao menos nos contactos entre si. Na realidade, os romanos consideravam um motivo de grande honra para si o uso do latim pelos vencidos.

As línguas com que o latim entrou em contacto por efeito das conquistas pertenciam a diferentes famílias linguísticas, e eram bastante diferentes entre si.

Na Península Itálica, o latim encontrou o umbro e o osco, línguas próximas, pertencentes como ele ao ramo itálico do indo-europeu; além delas, encontrou línguas indo-europeias dos ramos ilírico, grego e celta, e línguas não indo-europeias, como o etrusco e o lígure.

Nas ilhas italianas, os romanos entraram em contacto com línguas que representavam um antigo substrato mediterrâneo, além do grego (indo-europeu) e do fenício (semita).

As línguas faladas pelos povos da Ibéria não eram indo-europeias (íbero, vascão), exceto na região próxima à França, onde dominava o celtibero.

Idiomas indo-europeus predominavam na França e na Panônia (domínios do celta), e na Ilíria (domínio do ilírico, antepassado do albanês atual); também eram faladas línguas indo-europeias na Trácia e na Macedônia; e o grego não só era falado na Grécia, mas predominava em grande parte da Anatólia e do Mediterrâneo oriental, onde, à chegada dos romanos, tinha suplantado os idiomas locais.

A Síria e o Egito falavam, respectivamente, línguas semíticas e camíticas, tendo grande influência o grego como língua de cultura.

O latim não suplantou as línguas indígenas em todo o território do Império: impôs-se como língua falada no Mediterrâneo ocidental e na Europa continental, mas esteve sempre em situação de inferioridade na Grécia, na Anatólia e no Mediterrâneo oriental. De certo modo, a divisão política do Império Romano sob o imperador Constantino consagrou uma divisão que já estava completamente consolidada do ponto de vista cultural e linguístico, ao separar um Estado de fala e cultura latinas e um Estado de fala e cultura gregas. A tentativa realizada por esse mesmo imperador, de fazer do latim a língua da administração no Império Romano do Oriente, que poderia ter transformado Constantinopla num centro irradiador da cultura

latina, não teve êxito, apesar de ter sido deslocada para o oriente uma verdadeira multidão de funcionários públicos.

No que diz respeito ao ocidente — Itália incluída — seria ingenuidade acreditar que os povos vencidos trocaram instantaneamente suas línguas maternas pelo latim; ao contrário, a fala dos vencedores conviveu por décadas e mesmo por séculos com as locais, sendo o bilinguismo a situação típica depois da conquista. Dessas situações de bilinguismo há vários testemunhos: por exemplo, foram encontradas em Pompéia, remontando ao século I d.C., inscrições em osco, língua dos samnitas, que os romanos haviam submetido desde 290 a.C.; e há indícios de que Santo Agostinho, que pregava em Cartago no começo do século V, falava para um auditório em que boa parte das pessoas ainda compreendia o púnico; com efeito, ao traduzir umas poucas expressões daquela língua para o latim, ele se desculpa com aquela parte do auditório para a qual a tradução era desnecessária.

Seja como for, o latim, presente nas regiões submetidas numa variedade popular (o latim falado do exército, dos comerciantes e, em certos casos, dos veteranos assentados como colonos), e numa variedade erudita (a variedade escrita dos magistrados, da jurisdição e, até onde esta existia, da escola) ia-se impondo como a língua que exprimia uma cultura mais avançada e que abria melhores perspectivas de negócios e ascensão política e social (o linguísta suíço Walter von Wartburg lembra oportunamente como as principais famílias gaulesas, habilmente atraídas pela propaganda romana, davam a seus filhos uma educação latina, mandando-os para isso estudar na Itália).

No século III, a absorção pelo latim das línguas indígenas da porção ocidental do Império Romano era fato consumado, e essa unidade linguística representava para os povos latinizados o traço mais evidente de uma forte unidade espiritual, precisamente quando o Império, como instituição política, dava mostras cada vez mais fortes de instabilidade.

3.4 O termo *Romania* e seus cognatos

O desaparecimento político do Império Romano não impediu que ele fosse encarado ao longo dos séculos como um exemplo de ordem universal que caberia imitar e se possível restaurar. O Cristianismo herda de algum modo esse ideal de universalidade, ao mesmo tempo que a Igreja constrói uma estrutura que aproveita em grande

3.3 A difusão do latim e a romanização

Com os povos submetidos, os romanos adotaram geralmente uma política bastante aberta para a época. Impunham o *direito romano* e exploravam economicamente a região, mas respeitavam as tradições religiosas dos vencidos, e permitiam que estes continuassem a utilizar a sua língua materna, ao menos nos contactos entre si. Na realidade, os romanos consideravam um motivo de grande honra para si o uso do latim pelos vencidos.

As línguas com que o latim entrou em contacto por efeito das conquistas pertenciam a diferentes famílias lingüísticas, e eram bastante diferentes entre si.

Na Península Itálica, o latim encontrou o umbro e o osco, línguas próximas, pertencentes como ele ao ramo itálico do indo-europeu; além delas, encontrou línguas indo-europeias dos ramos ilírico, grego e celta, e línguas não indo-europeias, como o etrusco e o lígure.

Nas ilhas italianas, os romanos entraram em contacto com línguas que representavam um antigo substrato mediterrâneo, além do grego (indo-europeu) e do fenício (semita).

As línguas faladas pelos povos da Ibéria não eram indo-europeias (ibero, vascão), exceto na região próxima à França, onde dominava o celtíbero.

Idiomas indo-europeus predominavam na França e na Panônia (domínios do celta), e na Ilíria (domínio do ilírico, antepassado do albanês atual); também eram faladas línguas indo-europeias na Trácia e na Macedônia; e o grego não só era falado na Grécia, mas predominava em grande parte da Anatólia e do Mediterrâneo oriental, onde, à chegada dos romanos, tinha suplantado os idiomas locais.

A Síria e o Egito falavam, respectivamente, línguas semíticas e camíticas, tendo grande influência o grego como língua de cultura.

O latim não suplantou as línguas indígenas em todo o território do Império: impôs-se como língua falada no Mediterrâneo ocidental e na Europa continental, mas esteve sempre em situação de inferioridade na Grécia, na Anatólia e no Mediterrâneo oriental. De certo modo, a divisão política do Império Romano sob o imperador Constantino consagrou uma divisão que já estava completamente consolidada do ponto de vista cultural e lingüístico, ao separar um Estado de fala e cultura latinas e um Estado de fala e cultura gregas. A tentativa realizada por esse mesmo imperador, de fazer do latim a língua da administração no Império Romano do Oriente, que poderia ter transformado Constantinopla num centro irradiador da cultura

latina, não teve êxito, apesar de ter sido deslocada para o oriente uma verdadeira multidão de funcionários públicos.

No que diz respeito ao ocidente — Itália incluída — seria ingenuidade acreditar que os povos vencidos trocaram instantaneamente suas línguas maternas pelo latim; ao contrário, a fala dos vencedores conviveu por décadas e mesmo por séculos com as locais, sendo o bilingüismo a situação típica depois da conquista. Dessas situações de bilingüismo há vários testemunhos: por exemplo, foram encontradas em Pompéia, remontando ao século I d.C., inscrições em osco, língua dos samnitas, que os romanos haviam submetido desde 290 a.C.; e há indícios de que Santo Agostinho, que pregava em Cartago no começo do século V, falava para um auditório em que boa parte das pessoas ainda compreendia o púnico; com efeito, ao traduzir umas poucas expressões daquela língua para o latim, ele se desculpa com aquela parte do auditório para a qual a tradução era desnecessária.

Seja como for, o latim, presente nas regiões submetidas numa variedade popular (o latim falado do exército, dos comerciantes e, em certos casos, dos veteranos assentados como colonos), e numa variedade erudita (a variedade escrita dos magistrados, da jurisdição e, até onde esta existia, da escola) ia-se impondo como a língua que exprimia uma cultura mais avançada e que abria melhores perspectivas de negócios e ascensão política e social (o lingüista suíço Walter von Wartburg lembra oportunamente como as principais famílias gaulesas, habilmente atraídas pela propaganda romana, davam a seus filhos uma educação latina, mandando-os para isso estudar na Itália).

No século III, a absorção pelo latim das línguas indígenas da porção ocidental do Império Romano era fato consumado, e essa unidade lingüística representava para os povos latinizados o traço mais evidente de uma forte unidade espiritual, precisamente quando o Império, como instituição política, dava mostras cada vez mais fortes de instabilidade.

3.4 O termo *Romania* e seus cognatos

O desaparecimento político do Império Romano não impediu que ele fosse encarado ao longo dos séculos como um exemplo de ordem universal que caberia imitar e se possível restaurar. O Cristianismo herda de algum modo esse ideal de universalidade, ao mesmo tempo que a Igreja constrói uma estrutura que aproveita em grande

parte as divisões administrativas do Império; os Estados bárbaros que se formam no território outrora dominado pelos romanos se autodenominam romanos e nascem com o propósito de restaurar o Império — um objetivo que se traduz na escolha dos títulos de seus chefes. Ainda no tempo de Dante e de Maquiavel, restaurar o Império era o projeto de vida de muitos pensadores insignes, que viram nisso a condição necessária para que o mundo reencontrasse uma ordem política estável.

Se o Império sobreviveu como um ideal de ordem política durante toda a Idade Média, a unidade lingüística e cultural dos territórios romanizados não impressionou menos os antigos, romanos ou bárbaros. Para denominar essa unidade lingüística e cultural, emprega-se o termo *Romania*, cujo registro mais antigo está nesta passagem do historiador Paulo Orosio (séc. V), que atribui ao rei godo Ataúlfo o propósito de reconstruir um Império Godo sobre as ruínas do Império Romano:

Nam ego quoque ipse virum referentem audiui se familiarissimum Ataúlpho apud Narbonam fuisse, ac de eo saepe sub testificatione didicisse, quod ille referre solitus esset se in primis ardentem inhiasse ut, oblitterato Romano nomine, Romanum omne solum Gothorum imperium et faceret et vocaret, essetque, ut vulgarter loquar, Gothia quod Romania fuisset.

[Na verdade, eu também ouvi pessoalmente um varão a relatar que foi muito ligado a Ataúlfo em Narbona, e ouviu dizer acerca dele muitas vezes, com a confirmação de testemunhas, que ele costumava dizer que, uma vez esquecido o nome "romano", seu maior desejo era tornar e chamar somente godo todo o Império Romano, e que, em poucas palavras, fosse Gotia aquilo que antes fora *Romania*.]

Romania deriva de *romanus*, e este foi o termo a que naturalmente recorreram os povos latinizados, para distinguir-se das culturas bárbaras circunstantes: assim, os habitantes da Dácia, isolados entre povos eslavos, autodenominaram-se *români* e os réticos se autodenominaram *Romanitisch*, para distinguir-se dos povos germânicos que os haviam empurrado contra a vertente norte dos Alpes suíços.

Sobre *romanus* formou-se o advérbio *romanice*, "à maneira romana"; "segundo o costume romano", e a expressão *romanice loqui* se fixou para indicar as falas vulgares de origem latina, em oposição a *barbarice loqui*, que indicava as línguas não românicas dos bárbaros, e a *latine loqui* que se aplicava ao latim culto da escola. Do advérbio *romanice*, derivou o substantivo *romance*, que na origem se aplicava a qualquer composição escrita em uma das línguas vulgares.

3.5 A România atual

Pelo termo România designa-se modernamente a área ocupada por línguas de origem latina.

Se compararmos a România atual com o Império Romano, em sua fase de maior estabilidade, notaremos que os limites de ambos não coincidem. Boa parte das regiões outrora dominadas pelos romanos falam hoje línguas germânicas (como a Britânia), gregas (como a Grécia), semíticas (como a Síria e grande parte da África do Norte) etc. Por outro lado, falam-se línguas românicas na América Latina, que está fora dos horizontes do mundo antigo.

As razões por que o latim não conseguiu manter-se como língua falada em todo o Império são várias:

a) Romanização superficial

Na Caledônia (atual Escócia), na Germânia, em boa parte dos países danubianos e mesmo em certas regiões montanhosas da Europa continental e mediterrânea, como os Alpes e a Albânia, a pequena densidade demográfica e as dificuldades de comunicação impediram a formação de grandes cidades, dando à romanização um caráter superficial. Submetidas posteriormente pelos bárbaros, algumas dessas regiões adotaram a língua dos novos senhores. Em outras, pode-se falar em sobrevivência de línguas pré-romanas.

b) Superioridade cultural dos vencidos

Quatro séculos de ocupação não bastaram para impor o latim como língua falada na Grécia e no Mediterrâneo oriental. Nessas regiões, que a cultura helenística havia profundamente impregnado, o grego manteve-se como língua coloquial e culta, uma posição que o Cristianismo — utilizando o grego como língua oficial nas suas origens — fortaleceu ainda mais.

c) Superposição maciça de populações não-romanas

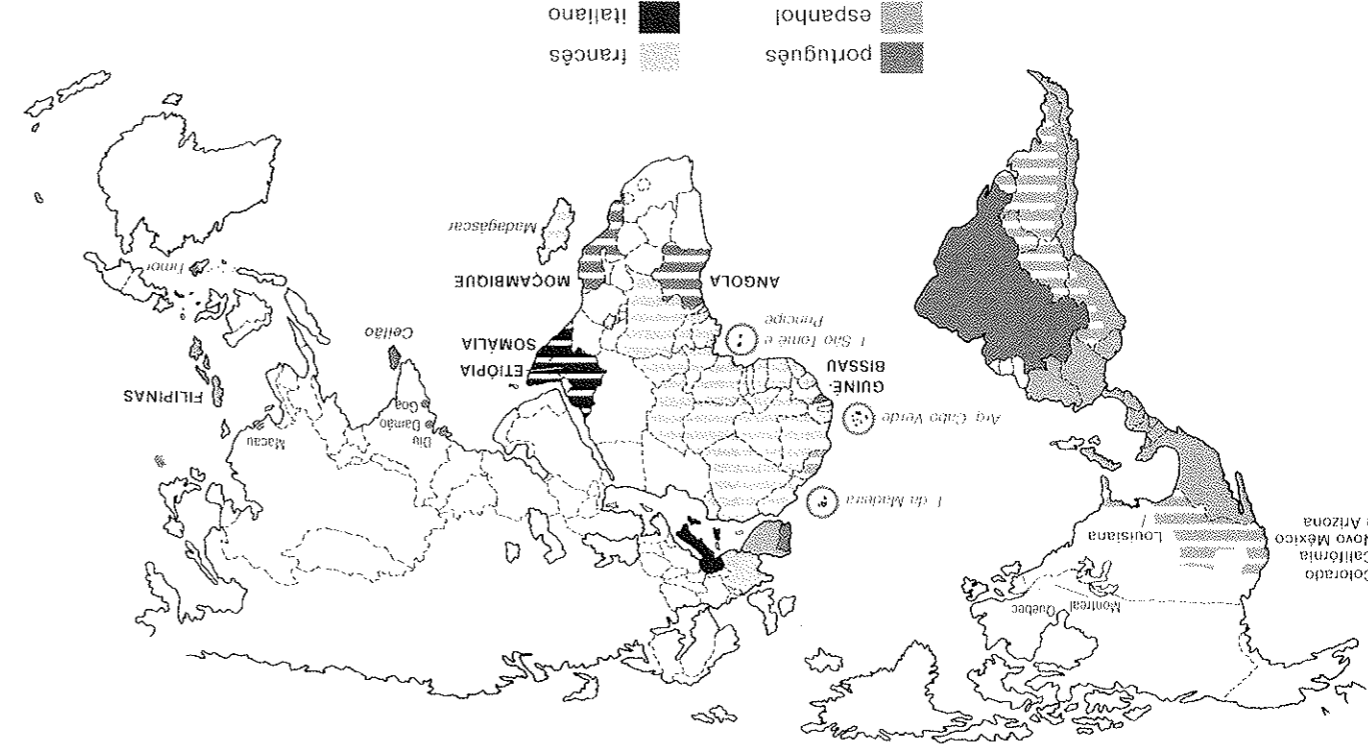
Durante alguns séculos, a África mediterrânea, desde a Cirenaica até Gibraltar, foi profundamente romana. Floresceram ali os estudos latinos, destacando-se autores do porte de Apuleio, Tertuliano, São Cipriano e Santo Agostinho. Nos séculos VI e VII, os árabes superpuseram-se aos romanos (e aos vândalos, que ali haviam fundado um reino, depois de dominarem o sul da Península Ibérica), introduzindo uma nova língua e uma nova cultura. Apenas a toponomástica e os dialetos árabes (berberes) da região conservam vestígios latinos, que constituem para os romanistas elementos importantes para a reconstrução dos estágios mais antigos do latim.

Por outro lado, através dos movimentos colonialistas iniciados com as grandes navegações do século XVI ou dos movimentos de propagação do catolicismo patrocinados sobretudo por Portugal e pela Espanha, as línguas românicas foram levadas para os novos continentes onde se superpuseram às línguas autóctones como "línguas de cultura" e como "línguas oficiais"; a recuperação da independência pelas colônias tem feito às vezes com que as antigas línguas nacionais recuperassem seu *status* de línguas oficiais.

- O *português* é falado hoje no Brasil, em alguns portos da Ásia (Macau, Timor, Goa, a península da Maláia), na Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Ilha da Madeira e São Tomé e Príncipe.
- O *espanhol* é a língua de toda a América do Sul (excetuando-se Brasil, Guiana, Suriname e Guiana Francesa), da América Central (excetuando-se Haiti, Jamaica); é ainda uma das duas línguas dos Estados bilingües dos Estados Unidos: Flórida, Califórnia e Texas.
- Fala-se *francês* na região de Quebec (Canadá), na Louisiana, na Guiana Francesa, no Haiti, no Senegal e em Madagáscar.
- O *italiano* foi levado em fins do século passado e inícios do atual à Eritreia, à Somália e Líbia.

Nas vicissitudes por que passam as línguas neolatinas nas antigas colônias da América e da África, que podemos evidentemente observar em nossos dias, reproduzem-se as situações por que passou o latim nas colônias romanas; um traço que ressalta dessa observação é a grande uniformidade da língua nas colônias (por exemplo, do português no Brasil) em oposição à extrema fragmentação dialetal do país de origem (por exemplo, a dialetação do português europeu); vários lingüistas julgam que o latim também devia ser mais variado na Itália do que nas colônias da România Antiga.

Mapa 8: As línguas românicas no mundo



Terceira Parte:

O latim vulgar

4

O latim vulgar e o latim literário no primeiro milênio

4.1 Sociolinguística do latim vulgar

Todas as línguas vivas apresentam naturalmente uma variação vertical (correspondente à estratificação da sociedade em classes), e horizontal (correspondente a diferenças geográficas); além disso, os falantes expressam-se de maneiras diferentes conforme o grau de formalidade da situação de fala.

O latim, língua de uma sociedade que ia evoluindo e se tornando cada vez mais complexa, não poderia escapar a essa regra: seria normal que apresentasse diferentes socioletos, já que a sociedade romana foi por muito tempo estratificada em patricios, plebeus e escravos; e que apresentasse desde a época em que foi a língua do Lácio e da Itália central diferentes variedades geográficas, já que teve que se impor a outras línguas, com estrutura às vezes muito próxima. Por outro lado, tornando-se a sociedade romana cada vez mais complexa e articulada, é fácil imaginar que se diversificariam também as situações de uso da língua: por exemplo, um homem público do final do período republicano não utilizaria a mesma linguagem para discursar no *forum*, para escrever cartas aos amigos e familiares e para dirigir-se a seus serviçais.

Um aspecto da diversificação da sociedade romana é o aparecimento da literatura latina: durante muito tempo, os autores latinos

procuraram pautar seus escritos pelo ideal da *urbanitas*, evitando formas ou expressões que conotassem arcaísmo ou provincianismo, ou que lembrassem a educação precária das classes subalternas e do campo (*rusticitas*). Desta variedade do latim, conhecida como *latim clássico* e bem representada nas obras de autores como Cícero e Virgílio, chegaram até nós um bom número de documentos, graças ao trabalho dos copistas da Idade Média; por ela se interessaram estudiosos de todos os tempos e em particular os humanistas da Renascença; por isso ela é ainda hoje a variedade do latim a que as pessoas cultas melhor conhecem; não se deve porém esquecer que o latim clássico é apenas uma das variedades do latim, ligada à criação de uma literatura aristocrática e artificial, que teve seu apogeu no final da República e no início do Império. Outra era a língua efetivamente falada no mesmo período.

Desde Diez, ficou claro que as línguas românicas não derivam do latim clássico, mas das variedades populares. Assim, se o interesse pela literatura latina e pelos ideais do Humanismo latino leva naturalmente ao estudo do latim clássico, a observação das línguas românicas nos obriga a indagar acerca das outras variedades de latim, ao mesmo tempo que a semelhança entre as línguas românicas deixa entrever que na antiga România, nos primeiros séculos, deve ter sido falada uma língua latina relativamente uniforme. A essa variedade, que aparece assim como um "proto-romance", isto é, como o ponto de partida da formação das línguas românicas, Diez chamou de *latim vulgar*, termo com que visava a opô-la ao latim literário.

O que é exatamente o latim vulgar?

A palavra "vulgar" admite três interpretações distintas e suscita acerca do proto-romance três enfoques em que compensa deter-se um pouco: (i) pode-se tomar "vulgar" no sentido de "corriqueiro", "banal", sem conotações pejorativas; o latim vulgar aparece então como a língua que as várias camadas da população romana (inclusive a aristocracia) falaram e escreveram em situações informais; (ii) pode-se tomar a palavra "vulgar" com o sentido pejorativo de "reles", "baixo" que se costuma associar a *vulgo* e *vulgari-dade*: o latim vulgar é então a expressão própria das camadas populares mais humildes da sociedade romana; (iii) finalmente, pode-se interpretar "vulgar" em conexão com "vulgarismo", nome que ainda hoje os puristas dão às formas e expressões que julgam condenáveis por suas conotações populares, provincianas ou arcaizantes.

O primeiro desses três enfoques, aplicado ao proto-romance, é certamente equívocado.⁶ Existiu, é verdade, um latim coloquial falado pela aristocracia: e os gramáticos e escritores romanos recomendaram freqüentemente que a linguagem da literatura se baseasse nele; mas essa era uma recomendação de caráter conservador, e visava a evitar que a língua literária se afastasse de seu suporte tradicional — a língua falada pela aristocracia — não a aproximá-la do proto-romance. Para indicar a expressão coloquial da aristocracia, tal como aparece por exemplo na correspondência de Cícero, os escritores latinos usam às vezes o nome de *sermo vulgaris*, o que só agrava a confusão.

Quanto ao segundo sentido de "vulgar", há bons motivos para crer que o proto-romance foi de fato uma língua eminentemente popular. Segundo o mais importante romanista brasileiro, o saudoso Prof. Teodoro Henrique Maurer Jr., que dedicou à questão um trabalho de peso (Maurer, 1962), o caráter popular do proto-romance se confirma por vários argumentos históricos dos quais alguns são citados a seguir (*a* e *b*); e por algumas características estruturais que teriam em todas as línguas um cunho eminentemente popular (*c a f*):

a) Os autores latinos aludiram freqüentemente à existência de uma variedade de língua denominada *rusticitas*, *peregrinitas*, sobre a qual fizeram pesar uma severa sanção, impedindo que suas formas tivessem acesso à escrita; levando em conta o caráter geralmente conservador e aristocrático da literatura latina, Maurer conclui que essas variedades de língua são populares. Ora, a gramática e o vocabulário do proto-romance, tais como resultam da comparação das línguas românicas, apresentam precisamente esses elementos que os escritores latinos discriminavam por sua natureza popular ou rústica: por exemplo, a comparação das línguas românicas leva a supor que no proto-romance os ditongos grafados em latim clássico *æ*, *œ*, *au* se pronunciavam respectivamente [e], [e] e [o] e que o *h* inicial da grafia clássica não era pronunciado. Há depoimentos de escritores latinos que apontam como vulgarismos a pronúncia [kekilius], [pretor], [edus] por [kækilius], [prætor], [hædus]; e a história romana registra a iniciativa demagógica do político Cláudio, que viveu no fim da República e que, ao renunciar a sua condição de patricio para candidatar-se ao cargo de tribuno da plebe, se fez chamar Clódio para que seu nome fosse "mais popular".

b) Na latinização da România, o elemento plebeu foi preponderante; seria necessário, mesmo *a priori*, admitir que a língua levada à România foi marcadamente popular.

c) A estrutura do proto-romance é mais simples que a do latim culto: é menor o número de declinações, faltam alguns tipos de numerais, é mais reduzido o leque de demonstrativos e indefinidos, empregam-se relativamente poucas negações etc.

d) O proto-romance recorre à expressão analítica das funções e relações sintáticas: o papel dos termos na oração é expresso por posições ao invés das terminações casuais; empregam-se perifrases com verbos auxiliares para indicar tempo e modo; cria-se uma passiva analítica; generaliza-se o uso de comparativos e superlativos analíticos etc.

e) Recorre-se com mais frequência a formas concretas e expressivas: maior número de nomes concretos, de artigos e de pronomes; abundante prefixação e sufixação; hipocorísticos que substituem as formas correntes; geminção expressiva etc.

f) O proto-romance tem pouca resistência a termos exóticos: assim, termos gregos como *parabolé* (que deu origem ao port. *palavra*), termos celtas como *bracae* e *bertium* (cp. port. *bragas* e *berço*) e germânicos como *werra* (cp. *guerra*) parecem ter sido incorporados desde cedo ao proto-romance, já que aparecem representados nas principais línguas românicas.

Os argumentos de Maurer mostram, em suma, que o proto-romance foi uma língua vulgar no sentido de língua popular, expressão de camadas sociais que não tiveram acesso à cultura formal e escrita. Não fica excluído que essa variedade pudesse ser falada também pela aristocracia em situações extremamente informais; mas certamente não é essa a característica que a define.

Quanto à relação *latim vulgar/vulgarismos*, ela não chega propriamente a nos representar uma língua: afinal, uma língua é muito mais do que um catálogo de "erros"; mas ela é oportuna por nos lembrar que a variedade culta e o latim vulgar (proto-romance) conviveram num mesmo espaço sociolinguístico, e que suas semelhanças estruturais eram suficientemente grandes para dar margem a interferências que eram vistas como "erros"; só assim os "vulgarismos" poderiam ser encarados como ameaça à pureza da língua literária.

Para esclarecer essa "convivência", compensa desfazer mais alguns equívocos:

a) Alguns autores deram a entender no passado que o latim vulgar teria surgido da "corrupção" do latim literário, associando

talvez a decadência da literatura latina e a transformação do latim nas línguas românicas: a hipótese é insustentável, porque o latim vulgar se constituiu ao mesmo tempo que o latim clássico, e já se encontrava formado, em seus traços essenciais, quando este atingiu seu apogeu. São provas da antiguidade do latim vulgar:

— a difusão de um grande número de fenômenos vulgares em toda a România, que não seria possível se eles constituíssem características tardias do proto-romance;

— a presença de fenômenos vulgares em fontes escritas do final da República;

— a presença abundante de fenômenos vulgares em autores da fase antiga, por exemplo, Plauto;

— o grande número de arcaísmos na língua vulgar; como era improvável que estes arcaísmos deixassem de existir no latim culto e voltassem em seguida a aparecer na sua "corrupção", deve-se admitir que o latim vulgar já estava constituído quando o latim literário atingiu seu apogeu, sobrevivendo ao lado dele durante alguns séculos.

b) As relações entre o latim clássico e o vulgar foram às vezes falseadas pela crença de que corresponderam respectivamente ao latim escrito e falado, e que o latim literário surgiu por imitação do grego. Essa crença tem um fundo de verdade; de fato o latim vulgar faz raras aparições em textos escritos; mas se revela falsa quando se lembra que o latim literário foi uma língua falada e teve um suporte direto na expressão coloquial da aristocracia romana. Quanto à influência grega na língua literária, ela foi certamente *menor* do que a influência exercida pelo grego sobre o latim vulgar.

Em suma, a grande diferença entre as duas variedades do latim não é cronológica (o latim vulgar não sucede ao latim clássico), nem ligada à escrita, senão social. As duas variedades refletem duas culturas que conviveram em Roma: de um lado a de uma sociedade fechada, conservadora e aristocrática, cujo primeiro núcleo seria constituído pelo patriciado; de outro, a de uma classe social aberta a todas as influências, sempre acrescida de elementos alienígenas, a partir do primitivo núcleo da plebe.

4.2 Latim vulgar e latim literário na Alta Idade Média

Outra grande diferença é que, ao longo do tempo, o latim literário aparece como uma língua extremamente estável, ao passo que o latim vulgar inova constantemente.

Enquanto o latim literário permanecia relativamente estável como língua da escrita e como a língua falada de todas as situações mais formais, o latim vulgar foi derivando para variedades regionais que, no fim do primeiro milênio, já prefiguravam as atuais línguas românicas. A essas variedades costuma-se chamar "romances". A separação irreversível entre os dois tipos de cultura que se costuma designar pelas expressões *latine loqui* e *romanice loqui* se resolveu, obviamente, em favor dos romances, que acabaram por assumir todas as funções antes reservadas ao latim literário, inclusive as ligadas à escrita; mas, como se pode imaginar, esse foi um processo longo, pontilhado de influências recíprocas e de tentativas de fechar o fosso que se ia cavando entre ambos.

Um exemplo da influência exercida pelo latim vulgar sobre o literário é o número cada vez maior de vulgarismos na língua da literatura. Por outro lado, certas inovações românicas supõem uma influência clássica: é o caso dos chamados "futuros românicos" (*cantarei, cantaré, chanterai, canterò*, construídos com base na perífrase *cantare hayo*, com uma ordem de palavras tipicamente clássica — com base na ordem vulgar, seria de esperar *hayo cantare*). Um exemplo de evolução paralela é a síncope das sílabas *vi, ve* nos perfeitos fracos (*laudasti* por *laudavisti*).

A influência do latim literário no romance se fez sentir sobretudo no período da chamada "Renascença Carolíngia", quando, por efeito de uma profunda revivescência dos estudos latinos, muitas expressões clássicas passaram do latim literário ao francês, sendo adotadas posteriormente pelas línguas românicas do ocidente. Quanto às interferências do vulgar no latim escrito, elas foram cada vez mais numerosas com o passar do tempo, na pena de escribas que pensavam de fato em vulgar, desconhecendo os modelos clássicos, e dominavam o latim de maneira primária. A "Renascença Carolíngia" teve um papel muito importante em mostrar que esse latim tinha muito pouco a ver com o verdadeiro latim literário, criando condições para que os romances começassem a ser utilizados na escrita.

Como iniciativa de aproximação entre a língua vulgar e o latim culto, pode-se citar a decisão da Igreja, no tempo de São Jerônimo, de redigir em um latim tanto quanto possível popular os textos do Novo Testamento. Essa iniciativa remonta ao tempo em que São Jerônimo (século IV a.C.), a pedido do papa São Dámaso, cuidou da versão da Bíblia conhecida como "Vulgata". O Antigo Testamento

havia sido traduzido por São Jerônimo diretamente do hebraico, num latim literário impecável, sem levar em conta as versões anteriores (conhecidas pelo nome de *Itala Vetus*), feitas a partir do grego e eivadas de expressões e construções populares. Conta-se que quando São Jerônimo se preparava para traduzir o Novo Testamento, lhe apareceu em sonho um anjo, que o censurava por ser mais ciceroniano do que cristão ("ciceronianus es, non cristianus"). Segundo a tradição, foi esse o motivo pelo qual o texto do Novo Testamento foi decalcado mais diretamente na *Itala Vetus*, apresentando uma linguagem de caráter bem mais popular. Evidentemente, essa tradição reflete uma orientação da Igreja no sentido de aproximar sua linguagem da do povo; é a mesma orientação que se resume nesta frase de um outro grande escritor cristão, muito atento a questões de língua, Santo Agostinho:

melius est reprehendant nos grammatici quam non intelligent populi. Iantes ser reprehendido pelos gramáticos do que não ser compreendido pelo povo].

Para ter uma idéia da (relativa) estabilidade do latim literário em confronto com a mobilidade do romance, compensa comparar essa atitude da Igreja do século IV com a decisão que a mesma Igreja fez valer cinco séculos mais tarde, a partir do Concílio de Tours (813), ordenando que os bispos e diáconos tratassem de traduzir seus sermões para o vulgar para que os fiéis pudessem compreendê-los:

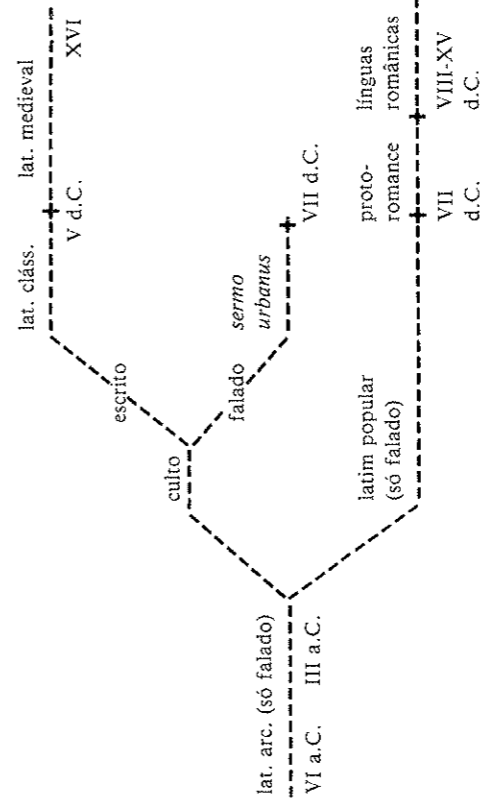
ut easdem homilias quisque aperte transferre studeat in rusticam romanam linguam aut thiotiscam, quo facilius cuncti possint intelligere quae dicuntur.

[que cada um se aplique em traduzir claramente as mesmas homilias na língua romana rústica ou na germânica, a fim de que todos possam compreender mais facilmente o que se diz].

A decisão do Concílio de Tours tem objetivos semelhantes aos de São Jerônimo e Santo Agostinho: representa uma iniciativa da Igreja em adaptar-se à língua falada, para ser compreendida pelo povo; mas vale ao mesmo tempo pelo reconhecimento de que entre a língua falada e o latim dos textos que serviam de base às homilias, se havia cavado um fosso completamente intransponível. Com esta segunda iniciativa da Igreja, consagra-se um importante avanço dos romances em direção à plenitude de usos lingüísticos.

4.3 Variedades de latim e línguas românicas

A título de resumo, será útil visualizar num quadro a cronologia das principais variedades de latim escrito e falado, e suas relações com as línguas românicas:



5

As precárias fontes escritas do proto-romance

É incorreto identificar sem maiores ressalvas o proto-romance com o latim falado já que na sociedade romana se falaram também outras variedades de latim; mas é certo que o proto-romance não foi uma língua escrita; desde a formação do latim literário, as pessoas que se propunham a tarefa de escrever, por menor que fosse sua cultura, procuraram fazê-lo usando a variedade culta, reforçando uma tendência de imitar os modelos clássicos que — exceto em ocasiões muito particulares que serão apontadas a seguir — prevaleceu como norma por vários séculos.

O uso consciente dos romances na escrita só ocorreu na última etapa de sua emancipação: costuma-se entender que as línguas românicas nascem quando substituem o latim como línguas escritas, na redação de textos práticos, literários ou de edificação religiosa; mas para começar a escrever conscientemente as línguas faladas de seu tempo os letrados românicos precisaram tomar consciência de que o latim, tal como era escrito, além de não ter mais qualquer contacto com a língua falada, também se havia distanciado irremediavelmente dos modelos clássicos. Aparentemente, isto foi mais um efeito da “Renascença Carolíngia”: com o renascimento dos estudos latinos, ficou claro até que ponto o latim clássico era mal conhecido e até que ponto a língua escrita havia sido permeada de elementos vulgares: a distância entre o latim e a língua falada pôde ser